

# AVALIAÇÃO EDUCACIONAL: DO CENÁRIO INTERNACIONAL ÀS IMPLICAÇÕES INSTITUCIONAIS<sup>1</sup>

Berenice Corsetti<sup>2</sup>

O tema que abordamos nesta reflexão integra o conjunto de discussões que vimos realizando sobre a problemática da avaliação em larga escala no Brasil.

Há seis anos o INEP lançou um Edital vinculado a um Programa chamado Observatório da Educação, chamando os pesquisadores interessados a trabalhar com o Banco de Dados do INEP para apresentar propostas de investigação, vinculados ao tratamento analítico da grande quantidade de dados que o INEP, desde que se transformou na grande agência reguladora da questão da avaliação, da política de avaliação deste país, passou a reunir, além dos dados relativos ao Censo Escolar, as demais estatísticas educacionais.

Naquele momento, submetemos uma proposta que desse conta da tentativa de explicitar, um pouco mais amplamente, os nexos articuladores e explicativos da força com que a política de avaliação em larga escala deste país passava a ser implementada. Hoje, temos um Projeto que envolve, além da Unisinos, várias instituições, a URI, a UPF, a UNESP e a UNOESTE. Temos vinculados a ele, pesquisadores coordenadores de Projetos, bolsistas de Iniciação Científica, professores bolsistas de Educação Básica, mestrandos e doutorandos, num total de 108 pesquisadores.

Por que iniciamos dizendo isso? Sobretudo, porque compeender a centralidade que as políticas de avaliação passaram a assumir no cotidiano mais amplo das políticas educacionais, se torna

<sup>1</sup> Texto proferido por ocasião da Aula Inaugural do PPGEduc – Mestrado em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/Campus de Frederico Westphalen/RS, em abril de 2013, mantendo a estrutura linguística dos atos de fala.

<sup>2</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS/Campus de São Leopoldo/RS.

imprescindível, para que compreendamos os rumos que a educação dos mais diferentes países vem tomando. E para que possamos fazer uma reflexão que permita, minimamente, compreendê-las num cenário que vem se constituindo, e não é de hoje.

Trabalharemos numa perspectiva historiográfica, trazendo a temática da Avaliação Educacional, na perspectiva de compreender os nexos que foram se construindo à luz da história recente da humanidade, sobretudo após o período das duas grandes guerras mundiais.

Então, imergir um pouco no fluxo do tempo permite compreender porque chegamos, no momento atual, tendo no cenário da construção, em nível mundial, nacional, regional e local, das práticas educacionais num processo profundamente indutivo, gestado a partir da centralidade das políticas de avaliação em larga escala. A ideia de trazer um pouco das raízes deste processo permite realizar uma reflexão que auxilie a compreender porque chegamos aqui desta forma, porque a avaliação hoje está induzindo não apenas o currículo, mas a formação de professores, o financiamento, bem como um conjunto de políticas educacionais, com grande fortaleza.

A história das políticas educacionais necessita ser construída neste país. Historiadores percebem que o objeto educação precisa ser trabalhado numa perspectiva dos métodos que a história oferece. E um historiador não faz nada sem fazer uma contextualização. Passadas as duas grandes guerras e a dramaticidade de que elas se constituíram, o mundo se reorganizou a partir de uma nova correlação de forças em nível nacional. O mundo se reconfigura no pós-guerra numa relação de extrema tensão entre os países do leste e do oeste, conformando o período de Guerra Fria, de tensão, de confronto, de disputa pelo poder mundial entre duas grandes potências: EUA e URSS, ao longo do século XX. O mundo que se originou depois da guerra tinha que responder algumas questões que a guerra tinha deixado. Fundamentalmente, dar conta do problema central da democracia, num cenário em que a desigualdade das relações entre os países criava condições sociais profundamente desiguais, calcadas na concentração de renda com desdobramentos extremamente preocupantes.

É bom lembrar que as guerras não ocorreram só por problemas

políticos. Tanto a primeira quanto a segunda fomam movimentos nos quais o problema do socialismo se colocava no mundo contemporâneo de maneira muito forte. Como resolver os problemas que haviam levado aos mais dramáticos conflitos que a humanidade já havia vivenciado? Essa era a tarefa do mundo pós-guerra.

Deste processo constitui-se a ONU, para tentar dar conta da manutenção da paz mundial. Vinculados à ONU, um conjunto de organismos internacionais que, de modo muito específico, passaram a trabalhar com questões da época, ou seja, criou-se a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura, a UNESCO, OIT, a UNECEF, a CEPAL, entre outros.

A ideia de construir um mundo em que se pudesse superar os conflitos, baseados nas condições existentes entre os diferentes países e o processo de desenvolvimento, levou à criação de organismos que atacaram fundamentalmente o campo econômico, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). O FMI, se por um lado tinha o papel de regular o sistema financeiro internacional, por outro lado o BM ajudaria a reconstruir o mundo pós-guerra.

O BM passou a ter uma interação com os mais diferentes países, pois o mundo do pós-guerra desenhava-se com uma questão central: o problema da pobreza. Tal problema pode parecer engraçado, mas pobre custa caro. Como dar conta dos pobres? O avanço do sistema socialista se colocava como uma possibilidade nesse cenário de confronto entre países do leste/oeste. Como dar conta dos países pobres, que na visão de toda a riqueza mundial, ficavam sempre à mercê de situações absolutamente desiguais? O problema da pobreza levou os organismos internacionais a estabelecerem uma estratégia de apoio ao desenvolvimento dos países do chamado Terceiro Mundo, que remete à construção de programas muito vinculados ao apoio para a infraestrutura econômica, para que os países pobres pudessem ingressar num ciclo mais avançado de desenvolvimento, rumo à democracia.

Esses organismos internacionais, mais especificamente o BM, passam a financiar esses países pobres. Desde a sua criação, no final dos anos 40 até a década de 70, este organismo internacional se dedicou a apoiar países, fornecendo recursos para o desenvolvimento infraestrutural das bases de sua economia. No entanto, o problema dos

países mais atrasados, os terceiro mundistas ou em desenvolvimento, eram problemas estruturais, pois são esses países que passaram pelo processo de colonização desde a modernidade. Como evitar que esses países acabassem sendo atraídos pelo movimento socialista se constituiu em objetivo importante das políticas implementadas pelo Banco.

Robert McNamara, que foi presidente do BM, em 1972, num dos documentos do banco, afirma:

Quando os privilegiados são poucos, os desesperadamente pobres são muitos, enquanto a diferença entre ambos os grupos se aprofunda em vez de diminuir, só é questão de tempo para que seja preciso escolher entre os custos políticos de uma reforma e os riscos políticos de uma rebelião. Por esse motivo, a aplicação de políticas especificamente encaminhadas para reduzir a miséria dos 40% mais pobres da população dos países em desenvolvimento, é aconselhável não somente como questão de princípio, mas também de prudência. A justiça social não é simplesmente uma obrigação moral, ela é também um imperativo político.

Portanto, a questão da pobreza, na década de 70, se coloca como um ingrediente fundamental no cenário político, econômico e social e terá largos desdobramentos educacionais. Quando disse que “pobre custa caro”, esse é o problema central dos governos.

Pobre que não consegue emprego, que não tem produtividade, custa caro porque são necessárias políticas sociais para dar conta da saúde, da assistência, da habitação e de um conjunto de elementos que se inserem nesse cenário de que estamos falando. Na década de 70, quando se apontava essa problemática, e a ideia de apoiar os países em desenvolvimento com créditos para o desenvolvimento de infraestrutura econômica, se percebeu que o alcance desta estratégia era limitado e é nesse momento que essa agência multilateral vai fazer um amudança estratégica no eixo da sua atuação. É exatamente a partir desse momento que o BM vai estabelecer a Educação Básica como o elemento mais importante para resolver os problemas que os países vinham enfrentando, apostando que, com o desenvolvimento educacional mais alargado, os países poderiam aumentar a produtividade dos pobres. Isso é dito com todas as letras nos documentos orientadores de políticas que o BM, desde a década de 70, vêm publicando. A importância atribuída à produtividade dos

pobres foi determinante para a educação, saúde, desenvolvimento rural...

Marília Fonseca, em seus estudos, contribuiu para a compreensão de que o BM passa a financiar projetos no Brasil há três décadas, projetos educacionais há duas décadas, o primeiro deles, foi o chamado EDURURAL, que atacou de maneira extremamente concentrada quatro estados do nordeste, orientando, a partir de seu financiamento, a concentração de ações no sentido que se pudessem resolver os gargalos educacionais vinculados a essas regiões mais pobres. Este projeto comprometeu o nosso país com uma contrapartida extremamente inportante, deflagrando mudanças relevantes construídas sob as diretrizes que essa agência tem estabelecido, por exemplo, mudanças nos processos de gestão da educação, introduzindo políticas de avaliação fortemente centralizadas.

O cenário internacional nos aponta claramente a mudança de eixo que essa instância internacional passou a desenvolver e se aprofunda de maneira significativa nos anos 90. Devemos considerar que a lógica do estabelecimento de políticas de avaliação como processos reguladores do campo educacional, já se constituem a partir dos movimentos que essa agência internacional começa a fazer nos anos 70, assumindo de maneira explícita o discurso nitidamente humanitário, ao contrário do discurso economicista que vinha tendo no início dos anos 50 até os anos 70 e defendendo princípios como a sustentabilidade, a justiça e a igualdade social.

O combate à situação da pobreza, mediante a promoção da equidade na distribuição de renda e de benefícios sociais, entre os quais se destacam a saúde e a educação, introduz um novo conceito: é a partir desse momento que a ideia de igualdade passa a ser gradativamente ressignificada a partir do conceito de equidade social. O que significa esse conceito? A equidade passa a ser a igualdade possível, considerando o que é devido a cada um, não é mais a ideia liberal que calçou todos os movimentos emancipatórios que emergiram com o iluminismo, que passaram a gerar ideia homogeneizadoras, que acabaram culminando com as próprias guerras. De qualquer maneira, essa visão entra num ideário internacional por esse posicionamento que as agências multilaterais

passam a adotar, em especial o BM, que é a agência internacional de maior força. Essa agência bancou as duas Conferências Mundiais de Educação, em 1990 e no ano 2000, forneceu os recursos, por exemplo, para a própria ação da UNESCO, além dos recursos da ONU, estabelecendo aquilo que podemos chamar de uma dialética de intervenção e consentimento, estabelecendo diretrizes para o campo educacional, que passaram a ser acolhidas pelos países em desenvolvimento, como a forma adequada ao momento histórico, de efetivar sua inserção na modernidade globalizada.

Esse cenário histórico é o momento em que a globalização se aprofunda e se consolida, e isso faz com que as políticas internacionais tenham um impacto nas instâncias nacionais, chegando até as instâncias locais. Essa relação entre o global e o local é uma marca do tempo presente. A ideia de trazer as políticas sociais para combater a pobreza foi um dos pilares que o Banco construiu no seu discurso humanitário.

A busca da eficiência na construção das políticas públicas, mediante o cumprimento da competência internacional dos agentes, institui que a medida de qualidade seria a relação econômica de custo-benefício em nível individual, institucional e social. Começa-se a perceber as novas formas de regulação que são estabelecidas e trabalhadas no cotidiano dos países, nas suas diferentes instâncias. A busca da modernização administrativa, dos diferentes setores sociais e econômicos por meio de políticas descentralizantes que ensejam maior autonomia da comunidade na promoção de serviços sociais, é um dos indicadores desse processo.

O combate ao autoritarismo da centralização, o desejo de autonomia das escolas estão no discurso que vem sendo vinculado para fundamentar as políticas de descentralização, de desresponsabilização, de desregulamentação que culminam no Brasil, na própria construção da LDB, nas competências específicas de municípios, estados e nação. Então, essa ideia passa a fazer parte da política que vem sendo implementada, estabelecendo um impacto institucional importante nas escolas, com mais autonomia. Deve-se questionar o quanto essa autonomia é real frente aos mecanismos de controle e regulação tecida de maneira cabal nas políticas de avaliação em larga escala nesse país. O diálogo como estratégia

de interação interdependente entre os bancos e os mutuários, faz parecer que o Banco tirou toda a ideia de ideologização da sua ação, afirmando que não tem nenhum problema em cooperar com os países dos mais diferentes matizes político-ideológicos. No entanto, essas relações devem ser pautadas pelo realismo político e não pelo proselitismo ideológico. Tal quadro configura-se como um novo conjunto de aspectos que traçam as políticas em um campo internacional, impactando o campo institucional.

Diz o próprio presidente Robert McNamara: “todo ser humano deve receber o mínimo de educação básica na medida em que os recursos financeiros o permitam e as prioridades do desenvolvimento o exijam”. A ideia da equidade vem ganhando terreno e se traduz na grande bandeira que o Banco Mundial vem trabalhando com os países, no sentido de reduzir disparidades, sobretudo no acesso à educação. A ideia de equidade: a ideia de todos terem o acesso a uma Educação Básica digna, que pudesse transformar todos os sujeitos em seres produtivos, capazes de cooperar com os seus países, no sentido da competição internacional, é palavra de ordem.

Esta ótica também implica uma certa racionalização do ensino, porque se todos tiverem acesso a uma Educação Básica plena, vemos que a questão emprego vai se colocar no cenário também. Se todos têm mais escolaridade, as disputas pelas oportunidades de emprego também estarão no cenário que se apresenta. A própria expansão da escolaridade vai começar a ser trabalhada com a racionalização do ensino e, a partir deste momento os discursos referentes à equidade passam adotar um tom muito mais de diferença do que de igualdade.

Essa relação que o Banco passa a apresentar entre a educação, o mundo do trabalho, a questão do emprego, estabelece a forma como serão orientadas as políticas para a expansão da própria escolarização e a educação primária, termo que já abolimos há um certo tempo, orienta as políticas internacionais. Tais políticas passarão a ter prioridade nos financiamentos do Banco, inclusive pela sua capacidade de propor o controle da natalidade, imprescindível à noção de sustentabilidade que o Banco incorporou na política dos anos 70. Neste cenário, há outros ingredientes importantes que levam os desdobramentos educacionais: a questão do crescimento populacional, a explosão demográfica, o controle da natalidade,

entre outros.

Gradativamente, este cenário que era complexo colocava os países em nível internacional separados do processo de desenvolvimento, dentro dos quais resolvia a problemática da grande massa populacional menos privilegiada, o que remeteu a políticas sociais orientadas e financiadas por este organismo internacional. Mas paralelamente, também, foram sendo conduzidas dentro da perspectiva de seletividade que estabeleceu uma regulação do campo educacional e, desta forma, é este organismo internacional que vem desenvolvendo com o governo brasileiro uma forma de colaboração expressa de forma técnica e financeira para o desenvolvimento da educação de base.

Tivemos no Brasil, desde os anos 80, seis projetos de cofinanciamento desenvolvidos no âmbito brasileiro. Entraremos agora na realidade brasileira mais específica. Se nós temos um cenário mundial que implicava ações que deveriam resolver a problemática social que se evidenciava de maneira muito clara e que remeteu às ações internacionais, é preciso explicitar, também, alguns elementos que marcam a própria realidade brasileira e a construção das políticas educacionais no Brasil, de maneira especial, as políticas de avaliação.

A avaliação da Educação Básica brasileira entra nesse cenário a partir das primeiras iniciativas que as agências reguladoras internacionais passam a adotar. É bom lembrar aqui que a cada empréstimo, o Banco Mundial estabelece determinadas condicionalidades políticas, ou seja para que se receba o dinheiro do banco, é necessário que se cumpram determinadas condições. E são essas condições que vão estabelecer um rumo na construção de políticas que chagam ao campo educacional. Eu não sei se vocês recordam do mandato da governadora Yeda Crusius que fez um empréstimo no Banco Mundial, ocasião em que recebeu a primeira parcela e não recebia a segunda parcela.

A governadora não conseguia cumprir uma das condições que o Banco estabelecia: fazer a mudança de gestão do Estado, fazer a reforma do funcionalismo. Ai a gente pode dizer, o CEPERS é muito radical, pois foram os movimentos de radicalidade dos trabalhadores públicos que sustaram o aprofundamento da reforma que vinha sendo

implementada e que, interpreta-se como quiser, aprofundavam os pressupostos de toda uma reconfiguração do Estado do RS, nessas bases que o Banco Mundial estabelecia: mudar plano de carreira de professor, mudanças nos processos de gestão, racionalização da gestão. A condição para que se execute estes financiamentos estabelece exatamente essas questões. Além de tudo, é bom lembrar que o Banco Mundial tem uma larga articulação, uma grande proximidade com a Organização Mundial do Comércio, a qual estabelece os produtos para as tratativas comerciais e, apesar de toda a luta histórica, a educação passou a integrar a pauta dos produtos que podem ser comprados e vendidos, ou seja, a configuração da educação como uma mercadoria. É exatamente a representação mais clara deste conjunto de elementos que venho configurando até agora acerca do período pós-guerra e que chega até nós na forma de configurações bem interessantes. Por exemplo, se tomarmos os elementos que o Banco mais defende, em primeiro lugar, no campo educacional, a prioridade da educação primária, a eficácia da educação, ou seja, quando se fala em eficácia, se fala em resultados: considerar a avaliação como produto e não como processo.

E esse paradigma vai penetrando no ideário dos gestores, vai ganhando as instituições que vão sendo reconfiguradas. Esta ideia de educação como resultados, uma educação de qualidade fundamental, no entanto a palavra qualidade é um termo que tem vários significados. As políticas de avaliação são implementadas a partir de justificativas para garantir qualidade e para o trabalho realizado pelas instituições escolares. No entanto, elas estão sendo idealizadas para muito além disso. E eu tenho serias dúvidas de que, da forma que elas vêm sendo construídas, estão alcançando uma maior qualidade.

Por outro lado, a descentralização e a autonomia das instituições escolares têm sido muito mais compreendidas como transferência de gestão e captação de financiamento, enquanto ao Estado caberia a atribuição de estabelecer as funções centralizadoras de fixação de padrões, facilitação dos insumos que influenciam o ambiente escolar, à adoção de estratégias flexíveis para a aquisição e utilização de tais insumos e o monitoramento do desempenho escolar e, finalmente, a análise econômica com um critério dominante na definição de estratégias de ação. Essa ideia de que é necessário que o Estado

reconfigure seu papel, apostando fortemente na educação primária, isso deveria ter um financiamento público, o restante é financiamento privado, e estabelecer o monitoramento do desempenho escolar. Como controlar a perspectiva do rendimento escolar?

A necessidade do estabelecimento de políticas centralizadas na avaliação começou no projeto EDURURAL. E muito pouco realizou-se no sentido de uma melhoria educacional, mas o estabelecimento de algumas diretrizes foi importante tais como: o SAEB, o ENEM... o ranqueamento. E o que me parece importante perceber nesta relação entre os cenários internacionais as repercussões institucionais, é que isso não fica apenas em grandes ações do Banco, como esses projetos que a gente vê e que o Banco vem desenvolvendo há três décadas.

Quero me referir, de uma maneira um pouco mais específica, ao que nós vínhamos acompanhando acerca da Prova Brasil. A Prova Brasil foi se constituindo a partir de uma ação, com o movimento “Compromisso Todos pela Educação”, em 2006. Vínhamos desde 1980 com SAEB, que se desdobrou em experiências estaduais: começou como experiências localizadas que replicavam o que o SAEB fazia em nível nacional, a partir de tentativas de estabelecer novas formas de regulação no campo educacional, começando assim a ideia de construir uma unidade curricular. E, assim, outras ações e provas constituíam-se. E os PCNs passavam a ser os elementos orientadores dessas novas provas. A Prova Brasil passa a ser elaborada a partir dos PCNs e isso vai acontecer também no caso do ENEM. Desde o início deste movimento se disse que os PCNs não eram obrigatórios, só que a elaboração das provas passava a ter como referência os parâmetros. Quem não ia bem nas provas passava a se adequar ao que os PCNs estabeleciam. Estabelecimento de provas em larga escala, homogeneizadoras, tendo como fundamento um único currículo nacional, tem uma força de regulação e indução extremamente poderosa.

Magareth Thatcher e o presidente Bush estabeleceram políticas educacionais em seus países, políticas estas como prioridade de seus governos. E uma das principais foi estabelecer um currículo nacional. Com um currículo nacional e estabelecida a avaliação, aliaram-se os resultados e estabeleceram-se políticas. Então, a regulação, no campo educacional, é constituída a partir da centralidade que

a política de avaliação passa a ter, induzindo o currículo, fazendo com que o currículo unificado seja uma questão imprescindível para que se possam aplicar provas. O ENEM, por exemplo, surgiu de uma política de avaliação da educação média, que só passou a ser problema quando ele se transformou numa política talvez mais ampla de ampliação das oportunidades de acesso ao ensino superior. Quando é que começou a haver fraude no ENEM? Quando é que começou a ter problemas no ENEM? Eu acho que esta questão altera o ENEM, e não altera a Prova Brasil, por exemplo.

Para o sucesso é necessária liderança visionária, ações coletivas dos professores, trabalhadores da educação, sujeitos sociais que construíram a educação... Então vejamos, nós temos implicações institucionais que são decorrentes dessas políticas de avaliação e vem de uma mudança histórica no mundo, com a reconfiguração das relações de poder internacional, o que se desdobra em formas de ação, desde que a globalização transformou o mundo em uma aldeia única, sonho da humanidade; só que essa globalização foi baseada nessa lógica sob relações sociais profundamente excludentes.

Quero finalizar retomando uma reflexão daqueles que pensavam a educação republicana do Brasil no nascedouro do século XX, aqueles educadores que construíram a Educação Nova. E de maneira muito especial quero trazer um filósofo da educação brasileira que foi Anísio Teixeira, que não foi apenas um pensador da educação brasileira, que nos deixou uma obra de uma relevância absolutamente indiscutível, ele tem uma obra imensa, mas citamos a grande trilogia da sua obra: “A educação não é privilegio”, “Educação é um direito”, “Educação para a democracia”. E em um relatório que ele escreve em 1936, coloca que a escola tinha que ser outro tipo de escola, e ele diz: “É importante que tenhamos escola para todos, mas não é suficiente, é necessário que todos aprendam”... quando Anísio Teixeira escreve isso, sinaliza de maneira cabal para uma questão que não podemos ignorar: a enorme mudança na política educacional brasileira a partir dos primeiros anos em que esse cenário mundial vem se moldando.

Anísio Teixeira nos traz uma contribuição importantíssima, porque questiona o caráter seletivo da escola que usava a avaliação para excluir, usava a avaliação para selecionar aqueles que iam

continuar na escola e aqueles que iam ser excluídos pelo processo de não aprendizagem, portanto, de exclusão educacional. Ele dizia: “A escola que temos é a escola que prepara doutores”. Anísio Teixeira e outros educadores escolanovistas foram os primeiros que introduziram os processos de avaliação em larga escala no Brasil, advinda dos EUA. O que ele queria no momento da aplicação da avaliação em toda a rede municipal? Ele queria verificar diagnosticar a qualidade desta rede. E os resultados foram tão desastrosos que ele desenvolve um conjunto de ações para tentar melhorar essa situação. Estabelece uma mudança fundamental da Instituição Pública, cria o setor de serviços de acompanhamento, cria o setor de testes, estabelece mudanças curriculares, mas coloca o protagonismo na mão do professor, cria a escola para o professor, para tentar melhorar a formação dos professores. Cria o sistema de progressão nas escolas públicas e tenta resolver o problema da profunda desigualdade de situação das crianças nas mesmas classes.

Nesta época, havia uma grande discussão que envolvia a homogeneização das classes, em função de que cria um sistema que, ao invés de a criança passar do primeiro ano para o segundo, depois para o terceiro e, assim sucessivamente. Cruzou indicadores e estabeleceu o sistema de progressão que implicava em faixa etária e desempenho escolar, tudo para que se pudessem constituir classes mais homogêneas, como possibilidade de aprendizagem. Eu creio que o que está faltando é retomarmos aquilo que dá sentido à avaliação: a avaliação é um processo. Isso nos ajuda a compreender seus objetivos e finalidades. Termina com uma frase de Anísio Teixeira, quando escreve “Educação para a Democracia”:

Só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar a máquina que prepara a democracia. Essa máquina é a escola pública, não a escola sem prédio, sem asseio, sem higiene e sem mestres devidamente preparados e, por conseguinte, sem eficiência e sem resultados. Mas sim a escola pública, rica e eficiente, destinada a preparar o brasileiro para vencer [...].

Essa sinalização remonta claramente ao Projeto de Brasil que se constituía, naquele momento, a ideia de um Brasil moderno, que precisava da escola, da escola pública, que realmente preparasse os cidadãos brasileiros para poderem servir ao seu país, para poderem

ser eficientes... e por paradoxal que possa parecer, nós estamos adotando políticas cuja finalidade é verificar qualidade a partir de um instrumento que é uma prova cruzada com dados do fluxo escolar.

A obra de Daiane Ravitch, “Vida e Morte do Grande Sistema Escolar Americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação”, demonstra o equívoco que é preparar as crianças para responder a testes. E nós podemos nos perguntar se essa é, em última análise, a intenção com que todos nós pensamos a questão educacional.